



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 36/2023
Processo Administrativo n.º 23205.024954/2023-10
Sistema de Registro de Preços

1. DO OBJETO

1.1. Selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS, visando a **aquisição de materiais e equipamentos para os Rus**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

a) Quantidade Mínima: representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

b) Quantidade Máxima: representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

1.1.1.1. A **Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3021003000108	UNIDADE	15	30	R\$ 229,57	R\$ 6.887,10
	ASSADEIRA FORMA PERFURADA PARA FORNO COMBINADO					
	ASSADEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL, RETANGULAR, GN'S 1/1X65, PERFURADA. MEDIDAS EXTERNAS: 530X325X65MM, MEDIDAS INTERNAS: 505X300X65MM. FORMA COMPATÍVEL COM FORNO COMBINADO. CATMAT/CATSER:431451					
2	5242015000017	UNIDADE	1	1	R\$ 15.182,67	R\$ 15.182,67



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.

www.uffs.edu.br

	BALCÃO DE APOIO PARA DEVOLUÇÃO DE UTENSÍLIOS					
	<p>BALCÃO DE APOIO PARA DEVOLUÇÃO DE UTENSÍLIOS. BALCÃO CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, LIGA 18.8, SOBRE ESTRUTURA TUBULAR Ø 1 1/2" AÇO INOX, CONTRAVENTAMENTOS Ø 1" AÇO INOX, SOLDADO EM ATMOSFERA INERTE DE GÁS ARGÔNIO PELO PROCESSO TIG (TUNGSTÊNIO INERTE GÁS), SOBRE RODÍZIO GIRATÓRIO DE BORRACHA COM FREIO (MÍNIMO 04 RODINHAS RESISTENTES), TAMPO SUPERIOR EM GRANITO BRANCO DALLAS, COM ESPESSURA DE 20 MM. O TAMPO DEVE TER AS SEGUINTE ABERTURAS: 02 (DUAS) ABERTURAS DE 15 CM X 25 CM CADA PARA O LIXO ORGÂNICO (DISTRIBUÍDAS UMA EM CADA EXTREMIDADE); 02 (DUAS) ABERTURAS DE 15 CM DE DIÂMETRO CADA PARA O LIXO SECO (CENTRALIZADAS NO TAMPO); 08 (OITO) ABERTURAS DE 08 CM DE DIÂMETRO CADA PARA COPOS PLÁSTICOS COM COLETOR DE PVC ACOPLADO INTERNAMENTE E REMOVÍVEL PARA HIGIENIZAÇÃO (LOCALIZADAS ENTRE AS ABERTURAS DO LIXO ORGÂNICO E SECO, SENDO 04 ABERTURAS PARA CADA LADO). AS ABERTURAS NO TAMPO DEVEM SER REVESTIDAS DE AÇO INOX. A PARTE FRONTAL E AS LATERAIS DO BALCÃO DEVEM SER COMPLETAMENTE FECHADAS, SENDO QUE NA PARTE FRONTAL DEVEM CONSTAR PLACAS INFORMATIVAS DE MATERIAL RESISTENTE, LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: 02 (DUAS) PLACAS PARA LIXO ORGÂNICO, 02 (DUAS) PLACAS PARA COPOS, 01 (UMA) PLACA PARA LIXO RECICLÁVEL, CONFORME O TIPO DE RESÍDUO. A PARTE TRASEIRA DO MÓVEL DEVE SER ABERTA PARA POSSIBILITAR A RETIRADA DAS LIXEIRAS E SUPORTES DE PVC PARA HIGIENIZAÇÃO. INTERNAMENTE O MÓVEL DEVE TER UMA BASE DE MADEIRA COBERTA DE EM AÇO INOX PARA ACONDICIONAMENTO DAS LIXEIRAS E DOS TUBOS DE PVC. A ESTRUTURA INTERNA TAMBÉM DEVE SER REFORÇADA POR TUBOS DE INOX DE 20X20MM. O BALCÃO DEVE VIR ACOMPANHADO DE 2 LIXEIRAS DE AÇO INOX, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 30(C)X40(L)70(A)CM. MEDIDAS EM CM DO MÓVEL: 190(C)X60(L)X95(A). CATMAT/CATSER:401936</p>					
3	5242015100077	UNIDADE	1	2	R\$ 546,89	R\$ 1.093,78
	CADEIRA CAIXA ALTA ATENDIMENTO RECEPÇÃO BALCÃO COM ESPUMA INJETADA					
	<p>CADEIRA GIRATÓRIA ALTA PARA ATENDIMENTO EM BALCÃO, ERGONÔMICAS, COM RODÍZIO DUPLO E SEM BRAÇOS. MECANISMO DE REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO DO ENCOSTO POR ALAVANCAR E REGULAGEM DE ALTURA NO ASSENTO A GÁS (650 A 750 MM), COM ARO DE APOIO PARA OS PÉS REGULÁVEL, SEM BRAÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO ANATÔMICO, ESPUMA INJETADA A FRIO DE ALTA DENSIDADE COM NO MÍNIMO 40MM DE ESPESSURA NO ENCOSTO DE 50MM NO ASSENTO, 05 PATAS EM AÇO COM CAPA DE PROTEÇÃO E SAPATAS COM ALTURA DE 50MM, BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSEM O PERFIL DE PVC COM DESLIZADORES NBR 13962. MEDIDAS: ASSENTO 450MM X 410MM, ENCOSTO 410MM X 260MM, ALTURA DO ASSENTO PARA O CHÃO DE 650MM (MÁXIMA) E 520MM (MÍNIMA), ALTURA TOTAL 1013MM (MÁXIMA) E 1000MM (MÍNIMA). ESTRUTURA: TUBO AÇO CABONO, ESTOFAMENTO DE ESPUMA INJETADA EM ENCOSTO E ASSENTO, REVESTIMENTO EM COURVIN VERDE OU MATERIAL QUE POSSIBILITE HIGIENIZAÇÃO, PINTURA EM EPÓXI PRETO, SEM BRAÇOS, SISTEMA DE REGULAGEM VERTICAL. MENSURAÇÕES APROXIMADAS: ALTURA 92CM; LARGURA 55CM; PROFUNDIDADE 48CM CATMAT/CATSER:150525</p>					
4	5242014000084	UNIDADE	5	10	R\$ 483,27	R\$ 4.832,70
	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL					
	<p>CADEIRA COM ESTRUTURA TUBULAR SEÇÃO CIRCULAR EM AÇO CARBONO. ASSENTO E ENCOSTO REMOVÍVEIS E ACOLCHOADOS COM CAPA HIGIÊNICA EM MATERIAL IMPERMEÁVEL (PLÁSTICO LAMINADO), FÁCIL DE RETIRAR E DE LIMPAR EM COR CLARA,</p>					



	<p>ASSENTO RECLINÁVEL EM 3 POSIÇÕES COM SISTEMA DE TRAVAMENTO. BRAÇOS OU DISPOSITIVO PARA PROTEÇÃO LATERAL. BANDEJA REMOVÍVEL DE POLIPROPILENO INJETADO, AJUSTÁVEL EM 3 POSIÇÕES COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, NA COR CLARA COM BORDAS ARREDONDADAS NAS LATERAIS PARA RETENÇÃO DE LÍQUIDOS. APOIO PARA OS PÉS COM 3 POSIÇÕES DE AJUSTE E COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, EM POLIPROPILENO INJETADO, REMOVÍVEL OU ARTICULADO. SAPATAS ANTIDERRAPANTES, COM PARTES EM CONTATO COM O PISO EMBORRACHADAS. CINTO TIPO SUSPENSÓRIO COM CINCO PONTOS REGULÁVEIS, DOTADO DE PONTOS DE RETENÇÃO ENTRE AS PERNAS, TIRAS SUBABDOMINAIS E TIRAS DE OMBRO, O SISTEMA DE FIXAÇÃO DO CINTO A CADEIRA DEVE PROVER SEGURANÇA CONTRA QUEDAS E ASSEGURAR A ESTABILIDADE DA CRIANÇA. CAPACIDADE DE SUPORTE 15KG OU MAIS. SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. BORDAS EXPOSTAS E PARTES SALIENTES DEVEM SER ARREDONDADAS OU CHANFRADAS E ISENTAS DE REBARBAS E ARESTAS VIVAS. ALTURA ENTRE 100 A 106 CM E COM REGULAGEM DE 3 POSIÇÕES DE ALTURA COM SISTEMA DE TRAVAMENTO. APROVADA E TESTADA PELO INMETRO. MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. DISPOR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ATENDIMENTO EM QUALQUER LOCALIDADE. CATMAT/CATSER:423128</p>					
5	5242015100078	CONJUNTO	1	3	R\$ 2.136,66	R\$ 6.409,98
<p>CONJUNTO MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO 6 LUGARES</p> <p>CONJUNTO DE REFEITÓRIO COMPOSTO: MESA EMPILHÁVEL COM BANCOS EMPILHÁVEIS, ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADO EM TUBO 20 X 40(PAREDE 1,50MM) TIPO MONOBLOCO (ESTRUTURA ÚNICA) COM CORTES SOB FORMA DE ÂNGULO PERMITEM O ENCAIXE DA MESA TORNANDO-A EMPILHÁVEL. SOLDAGEM DAS PARTES METÁLICAS PELO PROCESSO MIG EM TODO PERÍMETRO DE UNIÃO, JUNÇÕES COM SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, SEM APRESENTAR PONTOS CORTANTES, ASPEREZAS OU ESCÓRIAS. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL, ANTICORROSIVO E PINTURA EM EPÓXI-PÓ NA COR PRETO. APRESENTAR JUNTO À PROPOSTA DE PREÇOS O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, EMITIDO PELA ASSOC. BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) CUJA CERTIFICADORA ESTEJA ENQUADRADA NO ESCOPO PARA CERTIFICAR O SGQ. O CERTIFICADO DEVERÁ CONTER O SELO DO INMETRO. CERTIFICADO DE CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE MADEIRA (FSC), EMITIDO POR CERTIFICADOR RECONHECIDO NACIONAL OU INTERNACIONALMENTE EM NOME DO FABRICANTE DO MOBILIÁRIO, EM ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 7.746/2012, ART. 7º, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DAS DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES. LICENÇA DE OPERAÇÃO AMBIENTAL, DE REGULARIDADE DA INDÚSTRIA PERANTE O ÓRGÃO ESTADUAL DA SEDE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE INDÚSTRIA DE MÓVEIS, CONFORME A LEI FEDERAL 6.938/1981 ART. 10 E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997.TAMPO (1400X800 MM) E ASSENTO (1400X300 MM) EM MDF DE 18 MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO ACABADO NAS BORDAS COM PVC TIPO "T", FIXADO A ESTRUTURA ATRAVÉS 06 CHAPINHAS EM AÇO MEDIDA 32X21X2 MM E DE PARAFUSOS AUTO ATARRAXANTES. FECHAMENTO DOS TOPOS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS. ALTURA DA MESA 770 MM E ALTURA DO BANCO 450 MM. APRESENTAR CATÁLOGO DO ITEM. COR A DEFINIR PELA UFFS CATMAT/CATSER:317450</p>						
6	5242015100079	CONJUNTO	1	3	R\$ 2.650,28	R\$ 7.950,84
<p>CONJUNTO MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES</p> <p>CONJUNTO DE REFEITÓRIO COMPOSTO: MESA EMPILHÁVEL COM BANCOS EMPILHÁVEIS,</p>						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.

www.uffs.edu.br

	<p>ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADO EM TUBO 20 X 40(PAREDE 1,50MM) TIPO MONOBLOCO (ESTRUTURA ÚNICA) COM CORTES SOB FORMA DE ÂNGULO PERMITEM O ENCAIXE DA MESA TORNANDO-A EMPILHÁVEL. SOLDAGEM DAS PARTES METÁLICAS PELO PROCESSO MIG EM TODO PERÍMETRO DE UNIÃO, JUNÇÕES COM SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, SEM APRESENTAR PONTOS CORTANTES, ASPEREZAS OU ESCÓRIAS. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL, ANTICORROSIVO E PINTURA EM EPÓXI-PÓ NA COR PRETO. APRESENTAR JUNTO À PROPOSTA DE PREÇOS O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, EMITIDO PELA ASSOC. BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) CUJA CERTIFICADORA ESTEJA ENQUADRADA NO ESCOPO PARA CERTIFICAR O SGQ. O CERTIFICADO DEVERÁ CONTER O SELO DO INMETRO. CERTIFICADO DE CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE MADEIRA (FSC), EMITIDO POR CERTIFICADOR RECONHECIDO NACIONAL OU INTERNACIONALMENTE EM NOME DO FABRICANTE DO MOBILIÁRIO, EM ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 7.746/2012, ART. 7º, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DAS DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES. LICENÇA DE OPERAÇÃO AMBIENTAL, DE REGULARIDADE DA INDÚSTRIA PERANTE O ÓRGÃO ESTADUAL DA SEDE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE INDÚSTRIA DE MÓVEIS, CONFORME A LEI FEDERAL 6.938/1981 ART. 10 E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997.TAMPO (2000X800 MM) E ASSENTO (2000X300 MM) EM MDF DE 18 MM DE ESPESSURA REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO ACABADO NAS BORDAS COM PVC TIPO "T", FIXADO A ESTRUTURA ATRAVÉS 06 CHAPINHAS EM AÇO MEDIDA 32X21X2 MM E DE PARAFUSOS AUTO ATARRAXANTES. FECHAMENTO DOS TOPOS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS. ALTURA DA MESA 770 MM E ALTURA DO BANCO 450 MM.APRESENTAR CATÁLOGO DO ITEM. COR A DEFINIR PELA UFFS. CATMAT/CATSER:483357</p>					
7	3021003000113	UNIDADE	5	10	R\$ 218,94	R\$ 2.189,40
	CUBA GASTRONORM 1/1 100					
	CUBA GASTRONORM 1/1X100MM, TAMANHO PADRÃO INTERNACIONAL, TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL. MEDIDAS EXTERNAS: 530X325X100MM, MEDIDAS INTERNAS: 505X300100MM, COM TAMPAS E ALÇAS. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. CATMAT/CATSER:151009					
8	5228005100008	UNIDADE	1	1	R\$ 165.453,78	R\$ 165.453,78
	FORNO COMBINADO ELÉTRICO 20 GNS					
	FORNO COMBINADO 20 GN FORNO COMBINADO ELÉTRICO TIPO “CENTRAL DE COCÇÃO INTELIGENTE” PARA A UTILIZAÇÃO OPCIONAL DE VAPOR E AR QUENTE, SEJA DE FORMA INDIVIDUAL, CONSECUTIVA OU COMBINADA, PARA 20 GNS 1/1 X 65 MM. FABRICADO COM AÇO ESPECIAL (DIN) 1.4301 NA PARTE INTERIOR E EXTERIOR. COM EQUIPAMENTOS DOTADOS DAS SEGUINTE FUNÇÕES: MEDIÇÃO AUTOMÁTICA DO PESO EM QUILOS DA CARGA TOTAL DO EQUIPAMENTO; CÁLCULO DOS TEMPOS, FUNÇÕES, QUANTIDADE DE UMIDADE E TEMPERATURAS NECESSÁRIAS PARA A COCÇÃO DO ALIMENTO AUTOMATICAMENTE; PRODUÇÃO DE ATÉ 700 REFEIÇÕES; PROVIDO DE GERADOR DE VAPOR FRESCO DE ALTO RENDIMENTO ATRAVÉS DE CALDEIRA INTEGRADA; MEIO DE COZEDURA NO MÓDULO COMBINADO: CALOR ÚMIDO (VAPOR): ENTRE 30 A 130°C, CALOR SECO (AR QUENTE): 30 A 300°C, COMBINAÇÃO DE CALOR ÚMIDO E CALOR SECO 30 A 300°C; SELEÇÃO DE HORA DE INÍCIO, COM DATA E HORA PROGRAMÁVEIS; FUNÇÃO DE ARREFECIMENTO RÁPIDO DO FORNO; PUXADOR DA PORTA COM FUNÇÃO DE FECHO POR EMPURRÃO; SISTEMA DE LAVAÇÃO E DESCALCIFICAÇÃO INTERNA AUTOMÁTICO COM SENSORES DE MEDIÇÃO DE CALCIFICAÇÃO DA CALDEIRA E SUJIDADE DA CÂMARA DE COCÇÃO; COM CONTROLE DE TEMPO DOS TRILHOS INDIVIDUALMENTE; CONTROLE DE CLIMATIZAÇÃO MANUAL NO MÓDULO COMBINADO; REGENERAÇÃO COM RECONHECIMENTO E CONTROLE					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.

www.uffs.edu.br

	<p>AUTOMÁTICO DE UMIDADE CONFORME CARACTERÍSTICA DE CADA ALIMENTO; MEMORIZAÇÃO DE RECEITAS NO SISTEMA MANUAL E INTELIGENTE; COCÇÃO UNIFORME COM EQUIPAMENTO TRABALHANDO EM CARGA COMPLETA; SENSORES DE DETECÇÃO DE CARGA, TAMANHO DAS PEÇAS E DECISÃO DO PROCESSO CULINÁRIO A SER UTILIZADO. CARACTERÍSTICAS: PORTA DE VIDRO DUPLO COM RETROVENTILAÇÃO; SENSOR DE NÚCLEO COM 6 PONTOS DE MEDIÇÃO; VAPORIZAÇÃO DE 30° A 260°C EM CALOR SECO OU COMBINADO; 5 VELOCIDADES DO AR DENTRO DA CÂMARA; AJUSTE DE TEMPO EM HORAS, MINUTOS E SEGUNDOS (24 HORAS); CHUVEIRO DE MÃO INTEGRADO; CANTOS ARREDONDADOS E SEM JUNTAS; ILUMINAÇÃO COM LÂMPADA DE HALOGÊNIO RESISTENTE A CHOQUE TÉRMICO; PAINEL DIGITAL COM IDIOMA EM PORTUGUÊS; TRAVAS DE BLOQUEIO DA PORTA; ALTURA MÁXIMA DE INSERÇÃO DE 1,60M. VOLTAGEM: TRIFÁSICA 380 VOLTS PARA OS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL E 220 VOLTS PARA O ESTADO DO PARANÁ. O FORNO DEVE VIR ACOMPANHADO COM 2 TROLLEY (CARRINHO PARA SERVIÇO) E DETERGENTE DE LIMPEZA PARA O PERÍODO MÍNIMO DE 3 MESES. OBSERVAÇÕES: GARANTIA MÍNIMA: 24 MESES. ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. DISPOR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ATENDIMENTO EM QUALQUER LOCALIDADE. TODOS OS MATERIAIS FORNECIDOS DEVERÃO SER ENTREGUES E INSTALADOS PELO FORNECEDOR NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DOS RESPECTIVOS CAMPUS, EM DATA E HORA A COMBINAR, SEM GERAR NENHUM ÔNUS A UFFS. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FAZER DEMONSTRAÇÃO DE TODAS AS FUNÇÕES CONFORME ESPECIFICADO ACIMA PARA AS EQUIPES DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DE CADA CAMPUS, QUE ATESTARÃO SE O FORNO ATENDE OS PADRÕES EXIGIDOS NO EDITAL. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ MINISTRAR UM CURSO (COM PROFISSIONAL CAPACITADO) SOBRE O FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO CORRETA DO EQUIPAMENTO EM CADA UNIDADE DE FUNCIONAMENTO DO MESMO, COM DATAS E HORÁRIOS A COMBINAR EM UM MÍNIMO DE 16 HORAS TOTAIS (SE NECESSÁRIO), SEM GERAR NENHUM ÔNUS A UFFS. DEVERÁ TAMBÉM DISPONIBILIZAR TREINAMENTO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO A FUNCIONÁRIOS ESPECIALIZADOS INDICADOS PELA UFFS. DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS MATERIAIS PARA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA DO EQUIPAMENTO, COMO CABOS, PLUGS, CANOS, ETC. CATMAT/CATSER:258389</p>					
9	3021003100006	UNIDADE	5	10	R\$ 540,85	R\$ 5.408,50
	GAVETA LISA - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA					
	<p>GAVETA LISA ABERTA PARA COPOS, CUMBUCAS DE SOBREMESA E ETC, COMPATÍVEL COM A MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS NETTER NT 810 S. CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO E APTAS PARA SUPORTAR IMPACTO E ALTAS TEMPERATURAS (94° C) NA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL. DEVEM POSSUIR RECORTES LATERAIS FACILITANDO O MANUSEIO E COM ENCAIXES PERFEITOS POSSIBILITANDO O EMPILHAMENTO QUANDO NECESSÁRIO. AS SUPERFÍCIES DEVEM SER LISAS PARA FACILITAR A LIMPEZA E COM ABERTURAS LATERAIS QUE PERMITAM MAIOR SEGURANÇA E A SECAGEM MAIS RÁPIDA DOS UTENSÍLIOS. MEDIDA PADRÃO 50X50X10CM. CATMAT/CATSER:457084</p>					
10	5212009100031	UNIDADE	1	1	R\$ 820,79	R\$ 820,79
	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 3,5L					
	<p>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. COPO EM AÇO INOX, GABINETE EXTERNO EM AÇO INOX, BASE EM POLIPROPILENO E BASE ANTIDERRAPANTE, TAMPA PLÁSTICA. LÂMINAS COM ÂNGULOS DIFERENCIADOS. CAPACIDADE 3.5L, ALTA ROTAÇÃO DE 18000 RPM , POTÊNCIA NOMINAL 448W. POTÊNCIA MÁXIMA 1200W. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 220 V.</p>					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

	OBSERVAÇÕES: GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR DE 6 MESES MANUAL EM PORTUGUÊS. CATMAT/CATSER:219499					
11	3021003000204	FRASCO	6	13	R\$ 185,32	R\$ 2.409,16
	MONITOR DE ÓLEOS E GORDURAS FITA MEDIDORA COM QUATRO FAIXAS AZUIS PARALELAS, DESTINADA A DETERMINAR O GRAU DE DEGRADAÇÃO DA GORDURA UTILIZADA EM FRITADEIRAS COMERCIAIS, USANDO COMO PARÂMETRO A CONCENTRAÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS LIVRES. MEDIDA APROXIMADA DA FITA: 0.762CM X 9.525CM. EMBALAGEM: FRASCO COM 20 TIRAS.GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. CATMAT/CATSER:276001					
12	5228005000023	UNIDADE	1	1	R\$ 7.572,81	R\$ 7.572,81
	REFRESQUEIRA INDUSTRIAL, CAP. 100L REFRESQUEIRA INDUSTRIAL COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS. GABINETE E TAMPA EM AÇO INOX ESCOVADO, RESERVATÓRIO CILÍNDRICO EM AÇO INOX E PINGADEIRA EM AÇO INOX REMOVÍVEL. ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIURETANO EXPANDIDO. COMPRESSOR PARA REFRIGERAÇÃO SILENCIOSO, DE ALTO RENDIMENTO E DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COM GÁS REFRIGERANTE QUE NÃO AGRIDE A NATUREZA. TERMOSTATO DE TEMPERATURA REGULÁVEL DE 4° A 15° C. DEVE POSSUIR ELETROBOMBA PARA MOVIMENTAÇÃO DOS LÍQUIDOS, DUAS TORNEIRAS TIPO ALAVANCA DE ACIONAMENTO RÁPIDO, RODÍZIO GIRATÓRIO PARA FACILITAR A LOCOMOÇÃO DO EQUIPAMENTO E REGISTRO(S) PARA DRENO PARA ESGOTAMENTO E LIMPEZA DO EQUIPAMENTO. ALTURA MÍNIMA 1100MM, LARGURA E PROFUNDIDADE APROXIMADAS 620MM. VOLTAGEM: MONOFÁSICA 220VOLTS PARA OS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL E 127 VOLTS PARA O ESTADO DO PARANÁ. AS TORNEIRAS DEVEM SER POSICIONADAS NA PARTE SUPERIOR DA REFRESQUEIRA, A NO MÍNIMO 1000MM DO CHÃO. GARANTIA MÍNIMA 12 MESE.DEVE ACOMPANHAR MANUAL DO PRODUTO. CATMAT/CATSER:451529					
13	3021003100080	UNIDADE	72	145	R\$ 592,37	R\$ 85.893,65
	TABULEIRO DE PANIFICAÇÃO TABULEIRO PLANO/ASSADEIRA GN 1/1 LISA (530X325 MM) PARA ASSADOS E PANIFICAÇÃO, COM BORDAS REBAIXADAS, EM AÇO CARBONO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE (TRILAX). COMPATIBILIDADE COM FORNO LINHA SELFCOOKING CENTER – RATIONAL. CATMAT/CATSER:258346					
VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL					R\$ 312.105,16	

1.1.1.1.1. Informamos que podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.comprasnet.gov.br, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação e o que consta neste Anexo. A razão disso são as mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SIASG e a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou quando da entrega dos produtos nos campi, o licitante deve sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e/ou contatar o Pregoeiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

1.2. Especificações do Objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pela requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma compra com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.2. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que os materiais deste Termo serão solicitados em períodos diferentes durante a vigência da Ata de Registro de Preços, assim como a entrega dos materiais ocorrerá em cidades distintas, conforme local de entrega informado neste Termo e Planilha de Distribuição de Materiais constante no “ENCARTE B”.

1.2.3. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos bens.

1.2.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.3.1. Da Pesquisa de Preços:

1.3.1.1. O valor utilizado como referencial de preço máximo para os itens deste Termo de Referência foi definido com base nos parâmetros III e IV do Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.3.1.2. O artigo 5º, §1º da IN nº 73/2020 prevê que devem ser priorizados os parâmetros I e II. No entanto, justifica-se que devido à instabilidade na ferramenta Pesquisa de Preços, e quando encontrados objetos semelhantes, apontavam características distintas que interferem no valor do item. Por este motivo, os sítios de internet foram adotados, com ressalva ao item “balcão de apoio para a devolução de utensílios”, cujos valores foram levantados diretamente com fornecedores, visto tratar-se de item feito sob medida, diante do exposto não foi possível utilizar os parâmetros I e II

1.3.2.1. Os valores utilizados como referencial de preço máximo nesta licitação, foram definidos pelo requisitante aplicando-se a média dos preços por ele pesquisados para cada item deste processo licitatório.

1.3.2.2. O valor total estimado pela requisitante para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de R\$ 312.105,16 (Trezentos e doze mil, cento e cinco reais e dezesseis centavos).

1.4. Da Qualificação do Produto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

1.4.1. Para comprovar a qualificação/certificação/registro dos produtos deste Termo de Referência, o licitante deverá observar as informações constantes na descrição dos itens, conforme consta no **quadro do item 1.1.**

1.4.2. Caso o licitante seja dispensado de tais registros, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

1.4.4. A indicação de marcas, servem como parâmetro de qualidade, admitida tão somente para facilitar a descrição do objeto a ser licitado e munir as empresas participantes da licitação com informações relativas ao padrão de qualidade mínimo almejado pela UFFS.

1.4.5. Para todas as marcas supracitadas no subitem 1.4.2. **ênfatiza-se** que, ambas podem ser substituídas por marcas **“ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”** (Acórdão 2300/2007 Plenário).

1.5. Da Qualificação técnica da contratada

1.5.1. A contratada deverá comprovar a habilitação técnica através de:

Produto	Qualificação exigida
Tabuleiro de panificação Assadeira forma perfurada Cuba gastronorm 1/1 100mm	- Compatível com forno combinado linha selfcooking center – Rational;
Forno combinado	- Garantia mínima: 24 meses; - Acompanhar manual de instrução em português.; - Apresentar catálogo com especificações técnicas do produto ofertado; - Dispor de assistência técnica especializada para atendimento em qualquer localidade; - A empresa vencedora deverá fazer demonstração de todas as funções conforme especificado acima para as equipes dos restaurantes universitários de cada campus, que atestarão se o forno atende os padrões exigidos no edital; - A empresa vencedora deverá ministrar um curso (com profissional capacitado) de forma presencial sobre o funcionamento e utilização correta do equipamento em cada unidade de funcionamento do mesmo, com datas e horários a combinar em um mínimo de 16 horas totais (se necessário), sem gerar nenhum ônus a UFFS; - Deverá também disponibilizar treinamento técnico de manutenção;
Cadeira alta de alimentação infantil	- Aprovada e testada pelo INMETRO; - Acompanhar catálogo/manual de instruções em português, com especificações técnicas do produto ofertado; - Assistência técnica em território nacional;
Gavetas máquina de lavar louça	- Compatível com máquina de lavar louça Netter NT 810S;
Refresqueira industrial	- Garantia mínima 12 meses; Acompanhar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

	catálogo/manual de instruções em português, com especificações técnicas do produto ofertado;
Conjunto móveis para refeitório 8 lugares Conjunto móveis para refeitório 6 lugares	- Apresentar catálogo do item;

1.5.2 Treinamento de uso do equipamento: conforme descrito na tabela acima.

1.6. Do Prazo de Validade e Garantia dos Materiais

1.6.1. Para o **item 8, forno combinado** a garantia demandada é de 24 meses.

1.6.2. Quanto aos prazos de garantia para os demais itens, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

1.6.3. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

1.6.4. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.6.5. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos materiais substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da aquisição de materiais e equipamentos para os Rus, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, “**Encarte D**” apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, “**Encarte D**” apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Em atenção às disposições do artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938 de 1981, do Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013 e legislação correlata e conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 5ª**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

Edição, julho/2022, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes na tabela constante no **item 1 deste Termo de Referência** deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental abaixo:

Itens	A descrição compreende	Base legal consultada	Requisito de certificação ambiental
1, 2, 7, 13	Assadeira, balcão de apoio, cuba, tabuleiro de panificação	Categoria 3 - Indústria Metalúrgica FTE consultada: 3 - 10: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia.	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 4.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3..do TR).
9	Gaveta lisa	Categoria 12 - Indústria de Produtos de Matéria Plástica FTE consultada: 12 – 2: Fabricação de artefatos de material plástico.	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 4.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3..do TR).
8, 10, 12	Forno combinado elétrico, liquidificador industrial,	Categoria 5 – Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações.	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

	refresqueira industrial	FTE consultada: 5 – 3: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 4.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3..do TR).
11	Monitor de óleos e gorduras	Categoria 15 – Indústria Química FTE consultada: 15 – 1: Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 4.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3..do TR).

4.1.2. Quando for solicitada a apresentação de **Certificado de Regularidade do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA - CTF/APP, o Certificado deverá estar válido e conter chave de autenticação eletrônica**, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;

4.1.2.1. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente;

4.1.2.2. As fichas de enquadramento (FTEs) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do IBAMA;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

4.1.2.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal e demais licenças ambientais, será solicitado para os produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país.

4.1.3. Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto conforme constante no Termo de Referência, a proposta selecionada será desclassificada, exceto quando:

4.1.3.1. O fabricante for dispensado do registro ambiental, por força de dispositivo legal, a licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme Modelo de declaração disponível no “Encarte C” do Termo de Referência;

4.1.3.2. Não for possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá cadastrar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual, desde que correlatas a natureza do objeto, sob pena de não-aceitação/habilitação da Proposta;

4.1.3.3. Se tratar de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.

4.2. A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no Decreto nº 10.024/2019 e Legislação correlata.

4.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.

www.uffs.edu.br

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

4.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.024/2019, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

5.2. Justifica-se que a escolha deve ser processado pelo Sistema de Registro de Preços, de acordo com a hipótese II previstas no artigo 3º Decreto nº 7.892/2013, tendo em vista que a compra pode demandar entrega parcelada do item.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor a contar da data de ciência da emissão da Nota de Empenho, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**.

6.1.1.2.A Contratada deverá estar ciente de que poderão ser empenhados quantitativos em períodos diferentes, dentro da validade da Ata de Registro de Preços.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

→ **Campus Cerro Largo/RS:** Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, nº 1580, Bairro São Pedro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000; .

→ **Campus Chapecó/SC:** Rodovia SC 484 - Km 2, Bairro Fronteira Sul, Chapecó/SC, CEP 89815-899.

→ **Campus Erechim:** Rodovia ERS 135, Km 72, nº 200. Erechim/RS, CEP: 99700-970.

→ **Campus Laranjeiras do Sul:** BR 158, Km 405, zona rural. Laranjeiras do Sul/PR, CEP: 85301-970.

→ **Campus Passo Fundo:** Rua Capitão Araújo, nº 20, Centro, Passo Fundo/RS, CEP: 99010-200.

→ **Campus Realeza/PR:** Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, nº. 1000, Realeza/PR, CEP 85770-000.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6. Não ocorrendo, num prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação formal, o recolhimento dos materiais que estejam em desacordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência, poderá a Instituição providenciar a destinação que melhor lhe aprouver, independente da abertura e conclusão de eventual processo de penalização.

6.7. A entrega dos bens destinados a qualquer outro Campus, que não o Campus de Chapecó e Reitoria da UFFS, deverá ser realizada através da emissão de Nota Fiscal de Simples Remessa com destino ao CNPJ correspondente e a Nota Fiscal de Faturamento com o CNPJ do Campus de Chapecó-SC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

6.8. As notas de Simples remessa deverão ser emitidas nos seguintes CNPJ's de acordo com o Campus de sua entrega:

- a) Campus de Cerro Largo: CNPJ Nº 11.234.780/0003-12;
- b) Campus de Chapecó: CNPJ 11.234.780/0007-46;
- c) Campus de Erechim: CNPJ Nº 11.234.780/0002-31;
- d) Campus de Laranjeiras do Sul: CNPJ Nº 11.234.780/0004-01;
- e) Campus Passo Fundo: CNPJ Nº 11.234.780/0006-65;
- f) Campus de Realeza: CNPJ Nº 11.234.780/0005-84;

6.9. A entrega dos bens deverá ser realizada em horários posteriormente definido e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento a contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.1.1. objeto deve estar acompanhado do manual contendo laudo do produto, com uma versão em português;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{100} = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes na descrição dos itens, conforme quadro acima.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 16.1** deste Termo de Referência.

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 312.105,16 (Trezentos e doze mil, cento e cinco reais e dezesseis centavos)**.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

181. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

18.1.1. **ENCARTE A** – Modelo para apresentação de proposta;

18.1.2. **ENCARTE B** – Planilha de distribuição de materiais;

18.1.3. **ENCARTE C** – Modelo de declaração de isenção de apresentação de certificado ambiental;

18.1.4. **ENCARTE D** – Estudos Técnicos Preliminares - SIPAC: MESA VIRTUAL - F0091, documento n.º 9.

Chapecó/SC, 20 de setembro de 2023.

ANDRÉIA STALLBAUM KLUG
Superintendência de Compras e Licitações

GRASIELA DYVIESKI
Superintendente de Compras e Licitações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

Eu, **EDIVANDRO LUIZ TECCHIO** Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência e seus encartes, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **aquisição de materiais e equipamentos para os Rus**, pelo Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 20 de setembro de 2023.

CHARLES ALBINO SCHULTZ
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura
Ordenador de Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
Ref. Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2023

À Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone: ()

E-mail:

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

Cargo/Função:

RG:

CPF:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DA EMPRESA

Banco:

Agência:

C/C:

Apresentamos proposta para os **materiais** descritos abaixo, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2023**, pelo (s) valor (es) abaixo especificado (s):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$					

Declaramos que:

- No (s) preço (s) proposto (s), estão computados todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir diretamente ou indiretamente no **fornecimento dos materiais**, objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
- O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) **dias**, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a **120 (cento e vinte) dias** conforme disposto no Edital).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.

www.uffs.edu.br

Cidade/UF, de de 2023.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

ENCARTE “B”
PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS
Ref. Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2023

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS						
Item	Campus Cerro Largo/RS	Campus Chapecó/SC	Campus Erechim/RS	Campus Laranjeiras do Sul/PR	Campus Passo Fundo/RS	Campus Realeza/PR
01	20	10				
02	1					
03				1		1
04	3	1	3	1		2
05						3
06						3
07		10				
08			1			
09	5		5			
10	1					
11	2	3	2	2	1	3
12	1					
13	25	50	30	20		20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

ENCARTE “C”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO AMBIENTAL PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 36/2023

A empresa, inscrita no CNPJ
sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº
....., declara sob as penas da lei, que está isenta de
apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do
Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2023 da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de
.....

....., de de 2023.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.